

MUNICÍPIO DE CORUCHE**Despacho n.º 406/2025**

Sumário: Designação em comissão de serviço de chefe de Divisão Financeira (cargo de direção intermédia de 2.º grau).

**Designação em comissão de serviço de Chefe de Divisão Financeira
(cargo de direção intermédia de 2.º grau)**

No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

No âmbito do procedimento concursal para seleção e provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe da Divisão Financeira, publicitado pelo Aviso n.º 3270/2024, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 28, de 8 de fevereiro de 2024, e ainda no jornal "Público", na Bolsa de Emprego Público, por Edital e página eletrónica do Município, todos com a mesma data, designo em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para provimento do cargo supra referido, nos termos do artigo 9.º, n.º 1 alínea a) da LGTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 12.º deste último diploma legal, por remissão para o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, o mestre Marco António Pratas Feteira, candidato admitido no âmbito do procedimento supra referido, e que, nos termos da proposta de designação formulado pelo júri do presente procedimento, demonstrou competências no exercício das funções dirigentes e perfil adequado ao cargo a prover, porquanto revelou aptidão técnica para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, capacidade de liderança, capacidade de iniciativa, planeamento e organização. O candidato demonstrou ainda, possuir conhecimento das competências e conteúdo inerentes ao cargo a prover.

O provimento no cargo produz efeitos a 13 de janeiro de 2025.

O nomeado poderá optar pelo vencimento de origem.

A remuneração base a auferir pelo dirigente corresponde a 70 % do valor fixado para o cargo de Diretor-Geral, nos termos do Decreto-Lei n.º 383-A/87, de 23 de dezembro (2806,92€), com direito a despesas de representação (209,17€).

A despesa resultante da presente designação tem cabimento e compromisso no orçamento desta Câmara Municipal do ano financeiro de 2025. Foram feitos os compromissos conforme indicado na Informação Interna n.º 30654 de 09/12/2024 (47736 (0102 01010404), 47717 (0102 010113), 47718 (0102 010114), 47742 (0102 0103050202) e 47747 (0102 010111)).

Nota curricular de Marco António Pratas Feteira

Nasceu em 15 de setembro de 1984.

Habilitações Académicas:

4 de fevereiro de 2010 – Licenciatura em Contabilidade e Administração, Ramo: Contabilidade pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

7 de dezembro de 2013 – Mestrado em Auditoria e Análise Financeira pelo Instituto Politécnico de Tomar

Desde 2014 exerce funções de técnico superior na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, na área de contabilidade e administração;

De 2019 a 2014 – exerceu funções de assistente técnico na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos;

Em 2008 – exerceu funções de administrativo na Caixa Geral de Depósitos, SA.

17 de dezembro de 2024. – O Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira.

318500419